



INTRODUÇÃO AO DIREITO

Prova de resposta múltipla – Maio 2016

Leia atentamente cada uma das questões colocadas, assinalando com X no espaço respetivo a resposta que considera acertada:

1-O sentido da palavra “Direito” na frase “ O mercado é objeto de regulamentação pelo Direito”, consiste num:

- 1.1-Poder de atuar por parte de agentes económicos intervenientes no mercado
- 1.2-Conjunto de normas que regulam a atividade económica
- 1.3-Sistema organizado de conhecimentos científicos

2- As normas jurídicas dirigem-se:

- 2.1-A uma pluralidade de pessoas e a um tipo de situações
- 2.2-Ao sujeito A e às relações entre A e B

3- Na falta de acordo, um conflito entre António (A) e Carlota (C) sobre os limites dos seus prédios sitos no concelho de Lisboa deve ser decidido:

- 3.1- Por um Tribunal, segundo as normas do Direito português
- 3.2-Por técnicos especializados na determinação de áreas, segundo os critérios que, para o efeito, entenderem como ajustados

4- A regra da retribuição de salário igual para trabalho igual traduz-se na aplicação do valor prosseguido pelo Direito:

- 4.1- Segurança
- 4.2- Justiça

5- A norma jurídica diferencia-se da norma de trato social na medida em que:

- 5.1- A norma jurídica é indispensável à vida em sociedade, sendo suscetível de aplicação coerciva no caso de ser violada
- 5.2- A norma jurídica só vigora se os seus destinatários entenderem que a devem respeitar

6- O Direito constitucional regula:

- 6.1- As relações entre as empresas e as taxas que os empresários devem pagar pelas licenças obtidas para acesso à atividade industrial
- 6.2- O conceito de Estado e os direitos fundamentais dos cidadãos

7- O Direito Civil regula:

- 7.1- O relacionamento entre as pessoas e a Administração Pública
- 7.2- A capacidade jurídica das pessoas e os negócios que as mesmas podem celebrar entre si

8- A lei nº4/2016 de 29 de Fevereiro, que estabelece o Plano Nacional de Prevenção e Controle de Doenças Transmítidas por Vetores, como a febre de dengue, leishmaniose e malária, trata de matéria:

- 8.1- Da competência exclusiva da Assembleia da República



8.2- Da competência da Assembleia da República e do Governo

9- Antes de ser publicada no Diário da República, a Lei nº4/2016 de 29 de Fevereiro, foi precedida de:

9.1- Uma proposta do Presidente da República dirigida à Assembleia das República

9.2- Promulgação pelo Presidente da República

10- No caso de a Lei nº4/2016 de 29 de Fevereiro nada dispor sobre a sua entrada em vigor, iniciará a produção de efeitos:

10.1- No dia 5 de Março de 2016

10.2- No dia 29 de Fevereiro de 2016

11- A compra por um menor de 15 anos de um livro escolar no valor de € 15,00:

11.1- É válida

11.2- É inválida

11.3- Só é válida se o professor do menor a confirmar

12- A finalidade única da JJ-comunicações móveis Lda pode consistir:

12.1- No aperfeiçoamento profissional dos seus trabalhadores

12.2- Na satisfação das necessidades sociais das pessoas mais pobres do concelho onde tem a sua sede

12.3- Na repartição pelos sócios do lucro económico resultante da atividade de instalação de sistemas de telecomunicação

13- Para que a “Associação de Amigos do Quelhas” contrate a prestação de serviços de contabilidade por Bernardo, é necessário:

13.1- Uma deliberação da sua Assembleia Geral

13.2- Uma deliberação da sua Direção

13.3- Uma deliberação da Direção com parecer favorável do Conselho Fiscal

14- António leiloava um quadro do pintor Z, tendo perguntado às pessoas que assistiam e participavam no leilão: quem oferece € 3000,00 ? Bento, um dos presentes, pode ver concluída a compra:

14.1- Ao levantar-se e olhar fixamente para o quadro em exposição

14.2- Ao levantar-se para cumprimentar um amigo que acabara de entrar na sala

14.3- Ao levantar o braço

15- No caso de C perguntar a D se aceita trabalhar para a sociedade de que é administrador, o contrato de trabalho considera-se celebrado:

15.1- Com a resposta “ sim” dada por D

15.2- Com a posterior formulação e aceitação de proposta de contrato de trabalho

15.3- Com uma proposta de trabalho apresentada por D

16- Para que A compre validamente a B o veículo automóvel X é indispensável

16.1- Um documento escrito de compra e venda

16.2- Uma escritura pública celebrada em cartório notarial

16.3- Um acordo de vontades, seja qual for a forma que revista



17- Se F não pagar a segunda prestação mensal, no montante de € 500,00, do preço global de €5.000,00 relativo à mercadoria comprada a G:

17.1- Considera-se em dívida todo o preço

17.2- Apenas é devida a prestação em falta

17.3- G pode resolver a compra e venda com a retoma da mercadoria vendida

18- Em 2016-05-15 I vende a J o computador Y pelo preço de € 800,00. A propriedade do computador transmite-se para J:

18.1-Impreterivelmente no dia 2016-05-15

18.2- Em 2016-05-15, se não for convencionado o contrário

18.3- Apenas quando J pagar o preço

19- Nada se convencionando no contrato, M, fiador de P, arrendatário num contrato de arrendamento para habitação, em que é senhoria R, deve:

19.1- Pagar as rendas em dívida por P logo que tal lhe seja exigido por R

19.2- Não pagar as rendas em dívida por P antes do decurso de um prazo de incumprimento de 180 dias

19.3- Pagar as rendas em dívida por P após se verificar que o património deste é inexistente ou insuficiente para suportar a dívida

20- Se em 2014-02-01 D comprar para sua habitação própria o prédio X e em 2015-05-03 verificar que o mesmo está em ruína, ameaçando cair a respetiva cobertura, pode comunicar à sociedade vendedora F:

20.1- Que resolve a compra e venda celebrada com a devolução do preço pago a F

20.2-Que deseja que F lhe entregue outro prédio com características semelhantes a X

20.3-Que aguarda que F faça o favor de ver se consegue reparar a situação

Chave:

**1.2; 2.1; 3.1; 4.2;5.1; 6.2; 7.2; 8.2; 9.2; 10.1; 11.1; 12.3; 13.2; 14.3; 15.2;
16.3;17.2;18.12; 19.3;20.1**